



QUINTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº: 0310747-7 1ª Vara Cível de Olinda

Embargante: Companhia Energética de Pernambuco

Embargada: SUZETE GADELHA DE FREITAS

Relator Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima

Convocado:

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISSCUSSÃO DO JULGADO. PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO NÃO RECONHECIDA. EMBARGOS REJEITADOS.

Com o Acórdão, fica vedado ao órgão julgador reconsiderar sua decisão ou mesmo anulá-la, salvo nas hipóteses previstas no art. 463 CPC.

O Acórdão não está obrigado, na formação de seu convencimento, a enfrentar todos os fundamentos arrolados pelas partes ou a afastar cada dispositivo legal e constitucional suscitado, limitando-se aos fundamentos que tenham relevância no deslinde do feito e na convicção judicial adotada.

O prequestionamento, enquanto exigência para a admissibilidade dos recursos especial e extraordinário, está atrelado à manifestação sobre determinada questão jurídica e não em relação a manifestação explícita sobre esse ou aquele dispositivo de Lei.

Embargos de Declaração conhecidos e rejeitados.

ACÓRDÃO

Visto, discutido e votado este recurso, tombado sob o nº **0310747-7**, ACORDAM os Desembargadores integrantes da QUINTA Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **negar provimento** aos Embargos Declaratórios, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Recife,


Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima
Relator Convocado



QUINTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº: 0310747-7 1ª Vara Cível de Olinda

Embargante: Companhia Energética de Pernambuco

Embargada: SUZETE GADELHA DE FREITAS

Relator Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima

Convocado:

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos Declaratórios interpostos pela Apelante contra Acórdão desta E. Câmara Cível (fl. 150), assim sumariado:

EMENTA: EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA DE DANOS MORAIS. RESTABELECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. DEMORA EXAGERADA NA RELIGAÇÃO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. MANUTENÇÃO. APELAÇÃO IMPROVIDA. DECISÃO UNÂNIME.

1. É fato incontroverso que a autora estava em atraso com o pagamento da fatura quando foi realizado o corte de energia, sendo, portanto a suspensão do fornecimento uma atividade lícita do apelante tendo inclusive notificada a autora previamente do corte.

2. Entretanto, não há justificativa para a demora na religação da energia elétrica da apelada, que passou cerca de 2 anos indevidamente sem energia elétrica, eis que o art.107 da Resolução 456/2000 da ANEEL dispõe que: "cessado o motivo da suspensão, a concessionária restabelecerá o fornecimento no prazo de até 48 horas, após a solicitação do consumidor ou a constatação do pagamento".

3. Assim, resta inevitável que a atitude omissiva da ré em não providenciar a reativação da energia elétrica da autora por cerca de 2 anos e 15 dias consecutivos gerou um dano extrapatrimonial indenizável eis que houve um descaso com a consumidora sobretudo por ofender a dignidade da pessoa humana, violando claramente o princípio da razoabilidade na demora da concessionária em reiniciar o serviço, depois de ter havido a devida contraprestação.

4. Os danos morais devem ser fixados num patamar tal que repare o dano causado ao consumidor sem entretanto causar um enriquecimento ilícito. No caso vertente, a autora de 77 anos passou cerca de 2 anos sem energia elétrica indevidamente. Manutenção da indenização por danos morais.

5. Sentença mantida. Apelação não provida. Decisão unânime.

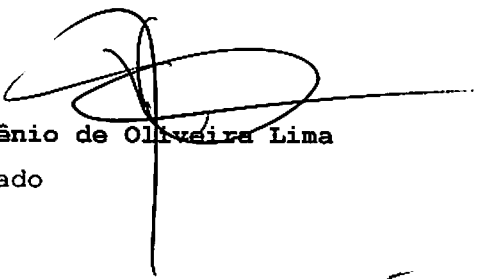
ACORDÃO: Vistos, discutidos e votados estes recursos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da QUINTA Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **negar provimento** à apelação, tudo nos termos do voto e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Pretende, ainda, prequestionar a violação de artigos legais e constitucionais.

Por independer de inclusão em pauta, em atenção ao art. 85, "d", RITJPE, apresento em mesa para julgamento.

É o relatório.

Recife,


Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima
Relator Convocado



QUINTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº: 0310747-7 1ª Vara Cível de Olinda

Embargante: Companhia Energética de Pernambuco

Embargada: SUZETE GADELHA DE FREITAS

Relator Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima

Convocado:

VOTO

Resta evidente que a embargante quer ver reapreciada o Acórdão. Pretende o embargante rediscutir questão que foi enfrentada em sua totalidade.

Como curial, com o Acórdão, fica vedado ao órgão julgador reconsiderar sua decisão ou mesmo anulá-la, salvo nas hipóteses previstas no art. 463 CPC. Entretanto, a hipótese dos autos não se enquadra em nenhuma das exceções previstas.

Anote-se, ainda, que o Acórdão não está obrigado, na formação de seu convencimento, a enfrentar todos os fundamentos arrolados pelas partes ou a afastar cada dispositivo legal e constitucional suscitado, limitando-se aos fundamentos que tenham relevância no deslinde do feito e na convicção judicial adotada.

Por outro lado, conforme adverte MÁRIO GUIMARÃES "não precisa o juiz reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes. Claro que, se o juiz acolhe um argumento bastante para sua conclusão, não precisará dizer se os outros, que objetivam o mesmo fim, são procedentes ou não" (V. O JUIZ E A FUNÇÃO JURISDICIONAL, 1ª Ed. Forense, 1.958, parágrafo 208, p. 350). E acrescenta que não se exige do Juiz "que rastreie e acompanhe pontualmente toda a argumentação dos pleiteantes, mormente se um motivo fundamental é poderoso a apagar todos os aspectos da controvérsia." (RT 413/325).

Em idêntica situação, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já decidiu no sentido de que não está o Tribunal obrigado a "ater-se aos fundamentos indicados pela parte e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos. Os requisitos da decisão judicial não estão subordinados a quesitos. A motivação da decisão, observada a "*res in judicium deducta*", pode ter fundamento jurídico e legal diverso do suscitado (cf. RJTJSP 111/114)".



Ademais, as questões jurídicas relevantes para o desate da lide recursal foram examinadas e decididas pela Turma Julgadora, não havendo, neste particular, omissão do julgado

Consigne-se, ainda, que o prequestionamento, enquanto exigência para a admissibilidade dos recursos especial e extraordinário, está atrelado à manifestação sobre determinada questão jurídica e não em relação a manifestação explícita sobre esse ou aquele dispositivo de Lei. Colho, nesta senda, a doutrina de Egas Dirceu Moniz de Aragão, para quem: "(...) tem-se admitido como tacitamente pré-questionado tema cujo respeito o Tribunal emitira julgamento, embora sem referir a norma legal incidente. Mas parece que em tais casos o problema nem se apresenta, pois, se alguma questão fora julgada, mesmo que não seja mencionada a regra da lei a que está sujeita, é óbvio que se trata de matéria 'questionada' e isso é o quanto basta" (Pré-questionamento, Revista Forense, v.328, pág. 43).

Por tais fundamentos, voto no sentido de rejeitar os presentes Embargos.

É como voto.

Recife,

Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima
Relator Convocado